

Sessão da *Comissão de Amazônia e do Desenvolvimento Regional* do dia 03.06.98 (10:00), convocada pelo Deputado Federal Antônio Feijão (PSDB), para discutir assuntos relacionados à Área Indígena Waiãpi.

Os programas realizados pelo Centro de Trabalho Indigenista / CTI em parceria com o Conselho das Aldeias Waiãpi / Apina, no Amapá

O Amapá é o único estado do país em que todas as terras indígenas tiveram sua demarcação e homologação concluídas com intensa participação indígena. É um estado onde não se registraram, nas últimas décadas, conflitos de terra semelhantes aos existentes em outras partes da Amazônia. É justamente nesse contexto favorável que a equipe do Governador João Alberto Capiberibe (PSB) tem promovido a parceria do estado com organizações não-governamentais e associações indígenas (APIO, APITU e Apina) para a execução de programas nas áreas de saúde, educação e alternativas econômicas, atendendo demandas formuladas diretamente por representantes dos 8 povos indígenas da região, que vem fortalecendo, ao longo da última década, novas formas de organização e de representação.

A T.I. Waiãpi é uma das raras áreas indígenas do país totalmente livre de invasões, graças ao controle efetuado pelos próprios índios. Em 1970, os Waiãpi foram contatados por garimpeiros que atuavam na região, sofrendo duramente as consequências desse contato (sarampo, malária, degradação ambiental de algumas extensões de seu território, etc). A partir de 1983, tomaram a iniciativa de expulsá-los de seu território, reativando seu sistema descentralizado de ocupação e assumindo a garimpagem manual de ouro nas grotas antes exploradas pelos invasores. Nesse contexto, os Waiãpi solicitaram ao CTI apoio para a reorientação das atividades de produção de ouro aluvionar, o que foi realizado através do programa *Recuperação ambiental e controle territorial Waiãpi*, financiado pela SEMAM/MMA, em 1992/93. Um dos resultados positivos desse programa é que atualmente os Waiãpi realizam suas atividades sem a utilização de mercúrio, ao mesmo tempo em que recuperam as áreas trabalhadas, devolvendo ao solo suas condições originais. Em 1994/95, a assessoria técnica à garimpagem Waiãpi prosseguiu através do programa *Controle territorial e Diversificação do extrativismo Waiãpi*, financiado pela CEE, que consolidou a adequação da atividade de garimpo dos Waiãpi a parâmetros ambientais adequados. Para ampliar o plano de recuperação nas áreas degradadas pelos garimpeiros invasores, o CTI, junto com o APINA, idealizou o projeto *Recuperação e despoluição de áreas da TI Waiãpi degradadas por garimpo*, aprovado pelo MMA/PDA em novembro de 1996 e logo depois suspenso, por iniciativa da Procuradoria Geral da República no Estado do Amapá.

Projeto "Recuperação e Despoluição de Áreas da Terra Waiãpi Degradadas por Garimpo"

Os objetivos do Projeto são:

- a recuperação ambiental de trechos da bacia do Igarapé Aimã, no coração da TI Waiãpi, selecionada pela comunidade indígena como alvo inicial do Projeto por ser intensamente ocupada pelos índios;
- os trabalhos serão realizados com a utilização de maquinário adequado para a limpeza do mercúrio e prevê que o ouro obtido como produto secundário desse processo de despoluição será gerenciado pelos próprios Waiãpi para atender a demandas de interesse coletivo (*)

(*) Em nenhum dos projetos envolvendo a garimpagem praticada pelos Waiãpi, os técnicos do CTI interferem na comercialização do ouro produzido pelos índios. O papel da ONG é assessorar os índios, através do Apina, na utilização e prestação de contas dos recursos alocados pelos financiadores dos projetos, incluindo-se para tanto a contratação de técnicos especialistas e o treinamento dos Waiãpi para a auto-gestão.

Metas e procedimentos:

- a execução do Projeto visa garantir a participação intensa de equipes indígenas de diversos grupos locais (12 aldeias, 500 pessoas) e a continuidade do controle que estes exercem sobre os recursos naturais de seu território;
- o trabalho a ser realizado, em caráter piloto, para a despoluição do igarapé Aimã, poderá futuramente ser adequado para a recuperação de outras zonas degradadas (sul e leste da TI Waiãpi), num formato auto-gerida pela comunidade indígena;
- a capacitação dos índios para a gestão dos recursos monetários resultantes da produção secundária de ouro aluvionar e sua comercialização, na forma de investimentos capazes de atender demandas coletivas, sob supervisão do Conselho das Aldeias/ Apina;
- a diversificação concomitante das atividades extrativistas e agro-florestais, num formato capaz de atender, a longo prazo, as demandas específicas das 12 aldeias; tal diversificação visa tanto a auto-subsistência quanto a produção para comercialização, que será gerida pelas comunidades locais sob supervisão do Apina.

Essas metas só serão alcançadas mantendo-se a complementaridade das demais intervenções de caráter educativo que o CTI desenvolve na área, com apoio de diversos parceiros (órgãos federais, estaduais e instituições internacionais) nas áreas de educação, saúde, vigilância territorial, proteção do entorno da TI). Tais atividades vem sendo realizadas por uma equipe de técnicos qualificados, especialmente no que diz respeito aos programas de capacitação visando a diversificação das atividades de auto-subsistência e de produção de excedentes para comercialização. A continuidade desses programas e a infraestrutura existente e controlada pelos índios representam a contrapartida do CTI e do Apina (R\$ 122.000,00) aos recursos alocados pelo MMA-PD/A (R\$ 198.000,00) ao longo dos 24 meses previstas para a execução do Projeto.

Tecnicamente, no que se refere à questão ambiental, enquadrada por procedimentos de geologia e mineração, o Projeto visa:

- Trabalhar uma área degradada por garimpo através de procedimento garimpeiro tecnicamente adequado para desenvolver metodologia e treinamento concomitante com a recuperação da área;
- O método inclui: desmonte hidráulico, sucção de polpa e concentração gravítica; um protótipo inicial poderá sofrer adequações durante o desenrolar dos trabalhos;
- Pretende-se lavar o rejeito e o cascalho remanescente recuperando o máximo possível de ouro e mercúrio (*), refazendo-se a topografia para revegetação orientada.

(*) O mercúrio demandará um estudo inicial que poderá, inclusive, determinar se alguma área não deve ser trabalhada. O Projeto não faz afirmações sobre quantidade de mercúrio no ambiente e que quantidade significativa vai ser recuperada. Pode-se afirmar apenas que é provável que tenha mercúrio e, se ele estiver ainda em sua forma metálica, poderá ser parcialmente recuperado, juntamente com o ouro. Isso porque o produto será um amálgama, com raras exceções de importância restritas (micro esferas). O estudo da contaminação será estendido também, finalmente, à população e a biota, o que não está previsto no Projeto, porque será feito com recursos (para análises) provenientes de outros convênios e de contrapartidas, aproveitando-se as facilidades operacionais. Finalmente cabe esclarecer que a condução técnica do procedimento de despoluição estará sob responsabilidade não do CTI ou do Apina, mas do CETEM/ CNPq.

O Projeto do PD/ A é para despoluir a nossa terra, mas não é só isso. É também para tirar ouro, para manter as nossas coisas. Vocês não viram ainda o nosso trabalho e, por isso, não podem prender o nosso Projeto.

Essas palavras do chefe Waiwai, no final da reunião de trabalho interinstitucional realizada na Secretaria do Meio Ambiente, em Macapá, no dia 10/04/97, sintetizam a posição da maioria da comunidade Waiãpi e a do Apina. Não aceitaram "outro caminho", quando lhes foi proposto modificar o conteúdo do Projeto, excluindo-se as atividades referentes à extração secundária de ouro aluvionar e mantendo-se, apenas, as ações de reflorestamento visando recuperação dos estragos causados pelos invasores.

A garimpagem é uma alternativa de trabalho para gerar receita e dignidade para algumas populações indígenas. A legalidade desta atividade, controlada pelos índios, lhes é garantida, com exclusividade, pelo Artigo 44 do Estatuto do Índio.

Mas, para que esta alternativa não siga o exemplo da garimpagem degradante realizada - por terceiros e/ou pelos próprios índios - em várias áreas indígenas do país, torna-se necessário desenvolver metodologia

adequada, como a que estamos propondo neste Projeto, cujas metas enquadram-se no PDA. Por isso, o MMA interessou-se em financiá-lo.

Em resumo, a proposta visa uma melhor articulação entre as atividades produtivas de escala atualmente sob controle dos Waiãpi. Trata-se de consolidar uma nova orientação na atividade garimpeira realizada por este índios há muitos anos (evitando-se a multiplicação de pequenos garimpos explorados familiarmente, que serão reconduzidos num trabalho coletivo/de escala de despoluição de uma área degradadas, com produção secundária de ouro), articulando esta atividade ao seu atual esforço na implantação de plantios agro-florestais nas picadas da demarcação (consórcios de cupuaçu e pupunha, com viveiros familiares e central). E é justamente pela sua escala não-familiar que essas atividades produtivas serão capazes de fortalecer a experiência de gestão autônoma que é a expectativa final dos Waiãpi neste Projeto.

A polêmica em torno dos programas realizados pelo CTI em parceria como o Apina, na T.I. Waiãpi

Num confronto aberto com a experiência inédita, democrática e progressista de um governo estadual que apoia o movimento dos índios em busca de sua autonomia, as representações locais de alguns órgãos federais - especialmente a Funai - reatualizam um modelo superado de indigenismo e de tutela dos índios e procuram inviabilizar trabalhos realizados em parceria por organizações indígenas, organizações não-governamentais e diversos setores do governo estadual.

É nesse contexto que se inicia, em 1996, um conflito entre os índios Waiãpi, representados por seu Conselho de Aldeias e representantes de órgãos federais (IBAMA, INCRA e PGR) no Estado do Amapá, além da Administração local da Funai. Em meados de 1997, o conflito entre os índios e essas instituições acirra-se com a suspensão provisória, por medida judicial, dos programas que o CTI desenvolvia na Terra Indígena Waiãpi.

Desde 1993, o CTI e seus assessores têm sido alvo de campanha difamatória, deflagrada por diversos interessados em paralisar e destruir as atividades que esta entidade vem desenvolvendo há vários anos junto aos índios Waiãpi do Amapá. A assessoria direta que o CTI presta aos Waiãpi atende a demandas concretas, relacionadas à regularização do território, atividades produtivas, educação e saúde, tendo sempre como meta principal a procura de alternativas que garantam o equilíbrio ambiental, cultural, social e econômico da comunidade Waiãpi.

cadr - 20.05.98